

MUNICÍPIO DE SÃO PAULO - PODER LEGISLATIVO
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JAN/2014 A DEZ/2014

RGF - ANEXO 1 (LRF, art. 55, inciso I, alínea "a")

R\$ 1,00

<u>DESPESA COM PESSOAL</u>	DESPESAS EXECUTADAS Jan/2014 a Dez/2014	
	LIQUIDADAS	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS
	(a)	(b)
DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)	508.936.335,47	4.214.429,93
Pessoal Ativo	508.936.335,47	4.214.429,93
Pessoal Inativo e Pensionistas	-	-
Outras Despesas de Pessoal decorrentes de Contratos de Terceirização (§ 1º do art.18 da LRF)	-	-
DESPESAS NÃO COMPUTADAS (§ 1º do art. 19 da LRF) (II)	7.199.051,39	1.651.429,93
Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária	6.382.878,74	27.549,96
Decorrentes de Decisão Judicial de período anterior ao da apuração	-	-
Despesas de Exercícios Anteriores de período anterior ao da apuração	816.172,65	1.623.879,97
Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados	-	-
DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III) = (I - II)	501.737.284,08	2.563.000,00
DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP (IV) = (III a + III b)	504.300.284,08	

<u>APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL</u>	VALOR
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (V)	37.608.441.648,68
% da DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP sobre a RCL (VI) = (IV/V) * 100	1,34
LIMITE MÁXIMO (incisos I, II e III do art. 20 da LRF) - <6,00%>	2.256.506.498,92
LIMITE PRUDENCIAL (parágrafo único do art. 22 da LRF) - <5,70%>	2.143.681.173,97
LIMITE DE ALERTA (Inciso II do § 1º do Art.59 da LRF) < 5,40%>	2.030.855.849,03

Fonte: Demonstrativos da Câmara Municipal e Tribunal de Contas do Município.

Nota: Durante o exercício, somente as despesas liquidadas são consideradas executadas. No encerramento do exercício, as despesas não liquidadas inscritas em restos a pagar não processados são também consideradas executadas. Dessa forma, para maior transparência, as despesas executadas estão segregadas em:

- a) Despesas liquidadas, consideradas aquelas em que houve a entrega do material ou serviço, nos termos do art. 63 da Lei 4.320/64;
- b) Despesas empenhadas mas não liquidadas, inscritas em Restos a Pagar não processados, consideradas liquidadas no encerramento do exercício, por força do Art.35, inciso II da Lei 4.320/64.

1 - Na Consolidação estão agregados os dados do Poder Legislativo (TCMSP e CMSP).

DANIEL BOER DE SOUZA
Diretor do Departamento de Contadoria
CRC ISP 237.021/O-2

ROGÉRIO CERON DE OLIVEIRA
Secretário de Finanças e Desenv. Econômico - Substituto
CPF 291.717.208-80

GUSTAVO DE OLIVEIRA GALLARDO
Coordenador de Auditoria Interna
CPF 279.286.118-56

ROBERTO TEIXEIRA PINTO PORTO
Controlador Geral do Município
CPF 187.987.888-76

FERNANDO HADDAD
Prefeito
CPF 052.331.178-86